

DENÚNCIA, CURA E REPARAÇÃO EM FACE À VIOLÊNCIA DE ESTADO

DENUNCIATION, HEALING AND REPARATION IN RESPONSE TO STATE VIOLENCE

Luiza Freire Nasciutti¹

Paula Mendes Lacerda¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Partindo de relatos de violência proferidos por uma liderança indígena que se identifica como ativista feminista e militante nas áreas da saúde e da educação, o objetivo do artigo é refletir sobre as dimensões de denúncia e de cura relativas à violência, ao sofrimento e à reparação. Argumentamos que denúncia e cura não são dimensões mutuamente excludentes, mas implicam em processos políticos distintos, relacionados às possibilidades de escuta, à criação de redes de apoio e também ao autoconhecimento. Nesse artigo, utilizamos relatos da violência proferidos em distintas situações: redes sociais, falas públicas e entrevistas. Conforme argumentaremos, as práticas de denúncia e de cura constituem respostas ao sofrimento capazes de desfazer dicotomias no plano das relações entre sujeito/objeto, ainda que mantendo as oposições entre vítima e algoz(es). A expectativa de reparação e reconhecimento foi o que mobilizou as respostas à violência oferecidas pela liderança indígena, que percorreu tanto caminhos prescritos no direito, como uma ação cível que resultou em indenização, como também desempenhou atividades de conexão com a espiritualidade, significada em termos de aprendizado e de mobilização coletiva.

Palavras-chave: Direito; Corpo; Vítima; Liderança.

ABSTRACT

Based on reports of violence uttered by an indigenous leader who identifies herself as a feminist activist and militant in the areas of health and education, the aim of the article is to reflect on the dimensions of denunciation and healing related to violence, suffering and compensation. We argue that denouncement and cure are not mutually exclusive dimensions, but imply different political processes, related to the possibilities of listening, the creation of support networks and also to self-knowledge. In this article, we use reports of violence mentioned in different situations: social networks, public speeches, and interviews. As we will argue, the practices of denunciation and healing are responses to suffering that are able to undo dichotomies in terms of relations between subject/object, while maintaining the opposition between victim and perpetrator(s). The expectation of compensation and recognition was what mobilized the responses to the violence offered by the indigenous leadership, which followed paths prescribed by law, such as a civil action that resulted in compensation, as well as carried out activities of connection with spirituality, meaning in terms of learning and collective mobilization.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

Keywords: Rights; Body; Victim; Leadership.

INTRODUÇÃO

No dia 15 de março de 2017, no centro do Rio de Janeiro, uma liderança indígena, ativista feminista e militante da saúde e da educação, Mônica Lima, foi agredida por funcionários da Guarda Municipal. Esse acontecimento foi narrado pela própria vítima¹, em algumas oportunidades, de formas públicas e privadas, tendo como eixo da narrativa a violência da abordagem, o trauma decorrente dessa experiência, a angústia de estar na posição de vítima, a repercussão do acontecimento a nível político e jurídico e os impactos na vida cotidiana, já que a violência deixou sequelas e marcas em seu corpo e em seu estado psíquico. Nesse texto, pretendemos analisar respostas à violência, que se realizam a partir de uma diversidade de caminhos, agenciamentos e relações.

Mônica Lima, de nome indígena Tupuira Kuaray (pássaro que canta ao amanhecer), pertence à etnia Manaú, do tronco linguístico Arawak. Nasceu em 1967 na cidade do Rio de Janeiro, onde vive até hoje. Criada em uma grande cidade, nunca viveu aldeada, apesar de seus avôs paterno e materno serem indígenas aldeados. Foi da aproximação com este último que ela reconheceu sua ascendência indígena, buscando suas raízes étnicas a partir do local em que seu avô viveu, próximo ao que hoje é a cidade de Manaus, no Amazonas. Mônica é professora, bióloga e pesquisadora. Atua há 21 anos como profissional de saúde no Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e trabalha como professora na Ação Direta em Educação Popular (ADEP) e no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

Nesse artigo, buscamos revisitar discussões sobre violência, sofrimento e reparação de forma não restrita à esfera estatal e às lutas dos movimentos sociais engajados, mas nos atentando também para as formas de gestão da violência em sua dimensão cotidiana. O que a violência engendra? O que ela produz nas vítimas? Quais transformações subjetivas ocorrem a partir da violência? Existem formas de dar novos sentidos à violência, ou de repará-la? Responder essas questões inclui recuperar analiticamente estratégias e movimentos menos visíveis dos sujeitos como respostas a episódios de violências traumáticas, cujas possibilidades de compreensão nem sempre estão disponíveis desde o momento em que ocorrem. Nestes outros repertórios, podemos incluir os trabalhos de reabitar e ressignificar a vida e as relações a partir do ordinário (Das, 2007); de (re)criação de linguagens e corporeidades como formas de enunciar a dor e de elaborar o trauma, a perda e o luto (Das, 2008; Butler, 2006); a produção de regimes de escuta, reconhecimento e de sensibilização do sofrimento do outro a partir do compartilhamento de experiências e os rituais e trabalhos de cura (Kilomba, 2019; Taussig, 1993).

A partir desses instrumentais analíticos, este artigo descreve e analisa o caso de violência policial sofrido por Mônica Lima no que se refere, sobretudo, aos seus efeitos no cotidiano. Iniciamos com uma análise da dimensão mais pública do caso, enfatizando a narrativa-denúncia como recurso de (re)ação à brutalidade pela via da publicização dos efeitos da violência sobre seu corpo e sua vida. Descreveremos o processo de transformação dessa experiência individual em caso público, em que se constrói a figura da vítima, compreendida enquanto particular e, ao mesmo tempo, genérica, na medida em que a violência é significada como parte de uma engrenagem que vitimiza e violenta corpos específicos. Em seguida, nos voltamos à análise de narrativas privadas e íntimas. Trata-se de entrevistas realizadas com Mônica², que revelam ações menos visíveis e ordinárias para lidar com a violência, porém vitais para retomar sua vida. Argumentamos que determinadas formas de gerir o próprio corpo e diferentes acionamentos da espiritualidade são campos possíveis de ação sobre a zona de terror deixada pela violência. As perspectivas finais apontam para as potencialidades de ambas as dimensões que se apresentam, no caso, como respostas à violência: denúncia e cura.

Argumentamos que a denúncia permite o reconhecimento social e público da violência e da vítima como posição política legítima, o que se faz a partir da produção de enunciados sobre a violência como uma causa pública (Boltanski, 1984). Como Jimeno (2010), entendemos que a categoria vítima e a linguagem emocional por meio da qual essa categoria é construída produz comunidades emocionais que servem de alicerce para uma ética do reconhecimento e para ações de reparação (Boltanski, 1984, p. 99). Argumentamos que a construção social da violência como causa pública oportuniza o surgimento de expectativas relacionadas à reparação, ainda que essas medidas não sejam vistas como plenamente capazes de reparar o sofrimento experienciado. A cura, por sua vez, permite o deslocamento da posição da vítima, como objeto da violência, para sujeita, que reconhece onde falhou ou deixou de agir e, partir daí, passar a agenciar diversas ações que partem do plano ordinário, bem como do espiritual, para mobilizar efeitos de cura sobre as diversas marcas da violência, inaugurando novas formas de relatar e reelaborar a violência sofrida.

A DENÚNCIA DE UM CORPO VITIMADO

A primeira vez em que Mônica expôs a experiência de violência policial que havia sofrido e que resultou na fratura de sua perna, ela estava entre mulheres, em uma reunião do Círculo de Autoformação e Acolhimento Feminista³, em 2018. Nesta ocasião, Mônica buscou enfatizar as relações desiguais de forças envolvidas, que remetiam não somente ao momento da agressão, mas também aos desdobramentos judiciais que ocorriam naquele momento. A versão que ela nos contou foi a mesma veiculada

nas redes sociais e em canais de midiativismo (Bezerra; Grillo, 2014), que conferiram visibilidade ao caso na época do ocorrido, a partir de um trabalho de publicização impulsionado por ela e por apoiadores. O caso, na época, foi amplamente divulgado e compartilhado nas redes sociais, enquanto todas as evidências e testemunhas foram mobilizadas para duas ações jurídicas contra a Guarda Municipal, uma na esfera civil e outra na criminal. Mônica também tornou pública a notificação extrajudicial que recebeu, para que ela interrompesse as denúncias e retirasse de circulação as imagens da violência, após a notável exposição do ocorrido (em que ela divulgou nomes e imagens dos agressores).

Entre as muitas denúncias divulgadas sobre o caso, o que alcançou maior repercussão foi o vídeo veiculado pelo canal Correio do Rio Mídia de Verdade, no *YouTube*, publicado em julho de 2017. Nesse vídeo, a vítima narra a violência sofrida com voz de fundo enquanto são exibidas diferentes imagens: *prints* de denúncias escritas na página pessoal do seu perfil no *Facebook*; vídeos capturados pelo seu celular no momento da agressão; registros fotográficos que testemunham a agressão, tirados por jornalistas e midiativistas que estavam na manifestação; fotos dos policiais agressores; imagens de raio-x mostrando a fratura na perna e as placas metálicas já implantadas no seu corpo. Grande parte das imagens é resultado do registro em vídeo feito por Mônica, a partir da câmera de seu celular, enquanto se escondia atrás de uma árvore durante o confronto entre manifestantes e policiais. Mônica registrou seus agressores momentos antes do ato de violência. Nestes registros, aparecem as insinuações de ameaça e intenção de violência contra Mônica, que estava muito próxima do local de confronto direto entre policiais e manifestantes. A fala de Mônica, incluída no vídeo (como voz em *off*), foi a seguinte:

Eu sou a professora Mônica Lima que fui agredida na manifestação contra a reforma da previdência e trabalhista no dia 15 de março deste ano. Fui covardemente agredida pela guarda municipal, mais especificamente por dois GMs: GM1⁴, que quebrou minha perna com um chute, e GM2, que me deu socos e me agrediu com um cassetete inclusive na cabeça e a minha proteção foi estar com um capacete. GM1 além do chute também me deu golpes com cassetete. Essa foi uma ação pensada planejada e orquestrada entre esses dois GMs. Eu estava sozinha, isolada de qualquer grupo, em atitude de defesa, me protegendo atrás de uma árvore, quando fui agredida. Mas esses dois GMs passaram com um grupo maior pela primeira vez por mim. O GM1 estava com um lançador de bala de borracha e o GM2 gritava para ele “Ali GM1, ali GM1!”, numa atitude que ele mandava ele atirar em mim, atirar à queima-roupa. Atirar à queima-roupa, ele tá assumindo o risco de me matar, porque um tiro de borracha à queima-roupa é o mesmo que um tiro de arma fatal realmente. Só que ele estava sem munição e aí gritava: “GM3, GM3!”. Porque a GM3 que estava com as munições, mas aí eles acabaram se distanciando de mim,

porque a GM3 não chegava, não estava tão próxima dele para ele colocar munição no seu lançador. E foram com a manifestação e passaram por mim. Algum momento depois, alguns minutos depois, esses mesmos dois GMs, o GM1 e o GM2 voltam e me agredem dessa forma com violência extrema. Há provas, há vídeos, há fotos, há testemunhas, muitas testemunhas, porque muitas pessoas assistiram. E eu mesmo sou uma testemunha, eu vi meus agressores, eu sei quem foram os meus agressores. E agora eu não tenho o direito, eu sou censurada e cerceada do meu direito de divulgar, de me defender?! Quem tá sentindo as dores sou eu, quem tá aqui, quem vai ficar com sequelas, quem tá mancando e sentindo dores até hoje, quem tá com parafuso sangrando por dentro ainda sou eu! Então só eu posso fazer esses julgamentos, mais ninguém! Advogado nenhum pode fazer esse julgamento de que se eu posso ou não divulgar quem fez essa maldade comigo, essa agressão comigo. E premeditada, pensada e orquestrada, porque eles foram e voltaram. (...) eles estão acostumados a fazerem isso com os camelôs, a fazer na favela, a fazer com índio... É isso que a gente tem que ser contra, é contra essa violência! A gente não pode achar que essa violência é normal e a gente não pode se calar e eu não vou me calar, eu vou denunciar sim! Eu vou denunciar porque é a minha perna, é a minha perna que tá quebrada! E quantas pernas foram quebradas, quantas pernas ainda serão quebradas e quantas pessoas ainda serão assassinadas por esses agentes do Estado! Esse mesmo Estado que quer dizer, que quer pregar pras comunidades e as populações que está aí para nos proteger! Nada, esse Estado está aí é pra nos matar! Somos nós, o nosso sangue que jorra todos os dias, como o meu está aqui jorrando na minha perna. E as marcas! Além das sequelas orgânicas no meu corpo físico, as marcas psicológicas que vão ficar, enquanto esse GM tá aí solto, ta aí impune! (...) Então, eu não vou realmente ficar calada, assim como não adianta só a minha voz, as vezes têm que se unir. Somente a união das forças políticas, do movimento de favela, do movimento indígena, do movimento revolucionário de esquerda, dos anarquistas e comunistas é que podem realmente nos proteger. Nós é quem temos que nos proteger. Então, realmente eu aguardo. Eu aguardo a justiça.

A principal ocupação de Mônica, segundo ela própria, é seu engajamento nos movimentos sociais nas áreas de saúde e educação, das causas indígenas e ambientais, sendo uma das lideranças da Resistência Aldeia Maracanã⁵. Mônica acompanhou momentos significativos da luta indígena na cidade, estando presente, por exemplo, na violenta desocupação da Aldeia Maracanã, em 2013. Além disso, ela se considera uma mulher indígena e feminista. Com isso, ela participa ativamente de atos políticos que ocorrem na cidade do Rio de Janeiro. Foi em um desses atos, como vimos, que Mônica sofreu a agressão à qual se refere na

denúncia. A violência policial resultou em fraturas múltiplas em sua perna que demandaram uma cirurgia para colocação de placas metálicas nos ossos da tíbia e fíbula. Entre 2018 e 2019, Mônica passou muitos meses de repouso, em sua casa, com os movimentos limitados, se recuperando da segunda cirurgia, a que retirou os parafusos de seu corpo.

Enquanto narrativa crítica de denúncia, a fala de Mônica produz a violência, por ela individualmente experienciada, como caso público, construindo espaços públicos a partir das críticas elaboradas na situação (Boltanski, 1990; Cefai, 2017). Busca, portanto, apontar a “[...] continuidade entre uma experiência singular e uma experiência pública”, o que significa a generalização do particular, de maneira a perceber-se “[...] afetiva e coletivamente concernido e envolvido em busca de solucionar um problema considerado injusto” (Freire, 2013, p. 726). A denúncia emerge a partir de uma ação significada como uma injustiça que se torna exemplar de uma injustiça de uma categoria social total (Boltanski, 1990). Um ator individual ou um ator coletivo violado devem realizar um processo de desingularização para que a injustiça cometida contra eles se torne um problema público, que demanda uma resposta coletiva.

Na denúncia de Mônica, observamos um constante deslocamento da singularização para a coletivização, que ora enfatiza a violência como experiência individual e particular, ora como experiência pública e coletiva: “é a minha perna que tá quebrada / quantas pernas foram quebradas, o nosso sangue que jorra todos os dias/o meu está aqui jorrando na minha perna”. Para ela, a violência vivida representa uma injustiça cometida não apenas contra ela, mas contra grupos sociais que experienciam a violência de Estado cotidianamente, o que se observa no trecho: “Mas eles estão acostumados a fazerem isso com os camelôs, a fazer na favela, a fazer com índio”. A construção de um coletivo não prescinde da expressão de sofrimentos individuais, sentidos e significados a partir do próprio corpo. A experiência do sofrimento, assim, é tanto singularizante quanto coletiva e, mais do que isso, produtora de coletividade.

Na construção de narrativas como a de Mônica, os sujeitos sociais acionam diferentes percepções sobre o justo e sobre o injusto, de forma a produzir coletivos e construir legitimidades (Boltanski; Thévenot, 2020). Assim, a economia do justo-injusto mobilizada nas situações recoloca as fronteiras de significado de justiça em constante disputa, desafiando a legitimidade de certas práticas e políticas. Na narrativa da indígena, isto aparece explicitamente em: “E isso não é justiça! / Que justiça é essa!? / Eu aguardo a justiça”. A denúncia de Mônica é, portanto, um recurso crítico de publicização mobilizado a partir de situações consideradas injustas e, mais do que isso, inaceitáveis. Reunindo e tornando públicas materialidades como as imagens do raio-x de sua perna fraturada, as fotos e os vídeos dos midiativistas da manifestação que revelam as agressões e as ameaças praticadas pelos policiais, Mônica é, ao mesmo tempo, a vítima e a denunciante.

As avaliações morais (Boltanski. Thévenot, 2020) que se tornam evidentes na denúncia de Mônica são identificadas nas expressões: “Fui covardemente agredida / me agridem dessa forma com violência extrema / GMs extremamente violentos / E a alegação fútil, o que foi o uso absurdo e excessivo da força / Dois criminosos, dois homens, dois brutamontes / ele está tentando me intimidar, ele está tentando me silenciar, e eu posso considerar até com uma ameaça o que ele está me fazendo / Não só me intimidando, mas eu acho que isso é até uma tentativa de ameaça para me amedrontar”. Tais avaliações críticas irão definir, situacionalmente, as fronteiras entre o que é ser covarde e brutamonte, o que define uma violência como extrema ou uma força como excessiva, o que distingue uma alegação séria e verdadeira, de uma fútil, e o que determina um absurdo, uma intimidação, um silenciamento ou uma ameaça.

A categoria de criminoso tem para a interlocutora um significado evidentemente muito diverso daquele operado pelos agentes da Guarda Municipal. Estes traduzem o fato de Mônica estar em uma manifestação política, vestindo preto e equipamentos de segurança, e em local de direto confronto entre polícia e manifestantes, como signos culposos. Assim, quando Mônica aciona a categoria de criminoso, ela está propondo uma inversão radical nessa relação. Para ela, as assimetrias antagonizam a posição de vítima e de criminoso, que são identificadas a partir de uma gramática corporal: ela, a vítima, no chão; eles, os agressores, em pé; ela, de roupa preta, eles, de uniforme. Questões de gênero e de corporalidade não são menos significativas, embora não tenham recebido o mesmo destaque, nesse momento – ela, uma; eles vários; ela, uma mulher; eles, homens.

A categoria vítima, como o relato de Mônica revela, está em disputa, apesar de ela considerar esse aspecto como parte integrante do processo de injustiçamento que sofreu. A afirmação “a vítima sou eu” é bastante expressiva dessa dimensão. Segundo Sarti (2011), processos políticos contemporâneos indicam o lugar de centralidade que a figura da vítima tem ocupado. Por meio dela se confere reconhecimento social diante do sofrimento e, com isso, expressa a própria condição de sujeito. Assim, em situações de conflitos e antagonismos, como aqueles existentes entre Mônica e seus agressores, é comum a tentativa de deslocar a vítima de sua posição, questionando sua narrativa como forma de desconsiderar sua subjetividade.

A narrativa de Mônica constrói como absurda a situação de tornar-se ré em um processo judicial por difamação, radicalizando o deslocamento da posição de vítima, que passaria a ser ocupada pelos agressores. A indignação passa por denunciar a estratégia de inversão na relação vítima-algoz. Vianna e Farias (2011) assinalam que, nos julgamentos de acusação que envolvem crime de homicídio por policiais, é comum ocorrer esse tipo de inversão de papéis, em que o réu deixa de ser o alvo das acusações, que são então direcionadas às vítimas. Mesmo aquelas vítimas sobre as

quais não há nenhuma margem de dúvida quanto à materialidade do crime – como as vítimas de homicídio, são enquadradas na audiência por inúmeras acusações morais que as criminalizam: passam de vítimas incontestáveis a traficantes, bandidos, indigentes, vagabundos ou marginais.

A possível inversão e a ameaça de responder a um processo judicial, no entanto, não levou Mônica a interromper as denúncias de seus agressores. Ela seguiu, por diversos meios, expondo os nomes e os rostos daqueles que a agrediram. Afirmou algumas vezes que nada ia fazer ela se calar, pois via também, na divulgação do caso, a possibilidade de defender a sua vida. No entanto, a insegurança de pagar com a própria vida pela coragem de se pronunciar a assombra até hoje. As denúncias de Mônica informam sobre formas truculentas de ação da Guarda Municipal que refletem dinâmicas violentas de gestão, produção e destruição de corpos e vidas dispensáveis (Vianna; Farias, 2011), que se intensificam a partir do cruzamento de determinados marcadores sociais da diferença. A sua posição como mulher e indígena materializa assimetrias de poder e da produção do corpo alvo na gestão de corpos por parte de setores do estado. Sua posição de mulher indígena é tematizada na sua narrativa sobre a agressão, que, em outros momentos, será reformulada como uma violência de gênero para além de uma violência de Estado.

O processo judicial na esfera civil, acima mencionado, levou a uma sentença de indenização de R\$ 2.000,00 em favor de Mônica. Na esfera administrativa da Guarda Municipal, o policial que a agrediu recebeu punições. Por um lado, essas ações podem ser utilizadas como elementos favoráveis à Mônica, uma vez que tanto a indenização quanto as punições do agente público são resultado da sua ação política e vão ao encontro da narrativa em que ela figura como vítima. Por outro lado, o valor meramente simbólico da indenização pode produzir o que especialistas no campo do direito consideram como culpa lucrativa, que é quando o agente, órgão público ou empresa deixa de agir para aprimorar seus serviços, porque os prejuízos são irrelevantes (Valente, 2017). Ainda no que se refere à indenização, embora haja amplos debates no campo do direito sobre o que pode ser considerado um valor justo (Antunes, 2009), são complexas as transações que buscam equivalência entre sofrimentos e dinheiro (Zelizer, 2011; Fillion; Didier, 2015; Lacerda, 2020; Zenobi, 2020).

Narrativas como a de Mônica, que conectam o sofrimento e a posição de vítima na construção de sua subjetividade, indicam que a violência é significada como uma experiência singular e inesquecível, o que põe em xeque quaisquer intenções de padronização, sobretudo em termos de valores. Ser vítima de violência, como afirma Taussig (1993), quer dizer habitar uma zona de terror pouco apreensível, que excede as possibilidades oferecidas pela linguagem. Assim, ainda que preocupada com o que seriam valores justos, a linguagem do direito não alcança a singularidade da experiência de sofrimento. Em resumo, a ação cível – e a consequente indenização – é fundamental para a construção da

legitimidade da sua narrativa e da posição política que Mônica assume. Por outro lado, é incapaz de reverter o sofrimento de algo que foi vivido no próprio corpo e deixou marcas físicas e emocionais.

A experiência da violência produz, em muitos casos, efeitos paralisantes e silenciadores. Com isso, não nos referimos à perda da capacidade de fala. Ao contrário, como estamos argumentando, as nossas reflexões partem de narrativas elaboradas e reelaboradas pela vítima. Os efeitos paralisantes incidem sobre as possibilidades de compreensão e explicação da violência, ainda que seja possível construir uma narrativa contextual e uma justificação histórica e política para ela. Assim, é possível narrar a violência, como ela ocorreu e em que contexto, mas muitas questões não possuem respostas: como alguém foi capaz de infligir tal sofrimento em outro ser humano? Como o agente da violência não consegue exercer uma elaboração crítica diante do sofrimento do outro?

Na próxima seção, através de conexões entre corpo, subjetividade e espiritualidade, discutiremos os caminhos trilhados por Mônica em busca de respostas, o que pode ser compreendido também como uma tentativa de cura das marcas causadas pela violência. Veremos como a conexão realizada entre a violência, o corpo-mente-território – categoria da própria interlocutora – e a espiritualidade funciona como uma possibilidade de interpretação que não pretende superar, mas significar e transformar as relações produzidas das situações de violência e de sofrimento que alteraram o curso de sua vida.

CORPO-MENTE-TERRITÓRIO: ESPIRITUALIDADE COMO CAMINHO PARA A CURA

A narrativa que segue não teve como contexto a denúncia pública, tal como vimos na primeira parte deste artigo. Após a repercussão pública da violência sofrida, Mônica concedeu uma entrevista à primeira autora, com o objetivo específico de narrar a violência sofrida. Nessa conversa mais íntima, a interlocutora construiu uma narrativa que retomou formas já conhecidas de descrever publicamente o caso, trazendo, porém, novos elementos inaparentes e ofuscados pela gramática da narrativa-denúncia. Nessa entrevista, emergiram reflexões sobre a relação entre a violência e a espiritualidade. Essa relação possibilitou, como veremos, transformações subjetivas que foram consideradas como formas de cura. Nas palavras de Mônica:

A espiritualidade passa por você se ouvir um pouco mais, parar no seu tempo e tentar ver o que que essa espiritualidade quer falar com você. A gente não costuma fazer isso aqui na cidade, na correria que a gente vive. [...] Eu acho que foi muito nesse sentido, até por isso eu saí de tudo isso com uma outra relação com a espiritualidade. Eu realmente queria ouvir mais a espiritualidade, saber me comunicar mais, entender mais, assim... [...] E eu realmente acho

que eu não consegui captar, e olha que eu acho que eles gritaram muito no meu ouvido e eu realmente não quis ouvir. Porque não é possível eu ter tanto perrengue e ter realmente desistido de ir pro ato e depois teimar ir pro ato. Eu acho que eu dei muito trabalho sem necessidade e era mais fácil ouvir e entender o que tava acontecendo. [...] Nesse dia, tudo que eu tentava fazer dava errado. Eu não conseguia chegar e aí eu insistia muito e chegava atrasada. Então foi um dia assim desde o início. [...] E sentia um sentimento estranho o dia todo, e aquela coisa: parece que o que eu queria fazer naquele dia eu não tava dando conta, não tava dando certo e parecia que eu tinha que ir pra outro lugar. E aí eu saí bastante atrasada do SEPE, já cheguei atrasada, saí bem atrasada do SEPE pro ato, e aí decidi que eu não ia mais no ato, não ia mais porque eu não estava me sentindo bem. [...] Falei: “Eu não vou mais pro ato, já tô atrasada mesmo” e decidi ir embora. Já saí atrasada e falei: “Vou pra casa, vou pra Central e vou embora”. Peguei o metrô, cheio pra caramba... Mas aí quando chegou na Uruguiana não aguentei, falei: “Não, vou pro ato porque é minha obrigação ir pro ato, todo mundo vai pro ato, eu não tenho que ir pra casa, é um ato importante!”, saí e fui pro ato.

A partir daí, Mônica conduziu sua narrativa descrevendo cada uma das situações desse dia, que para ela foram dando errado, tecendo desencontros e encontros inusitados. O relato tentou chamar atenção para um novo elemento da história, um agente invisível que interferiu, segundo ela, diretamente nas formas como as coisas ocorreram ou não ocorreram como o esperado naquele dia: a espiritualidade. A interlocutora destaca os momentos em que a espiritualidade tenta avisá-la de inúmeras formas de algo que estava por vir, mas que ela não deu ouvidos. O subtexto dessa construção interpretativa pressupõe que se ela tivesse tido escuta para a espiritualidade, talvez aquele episódio do dia 15 de março de 2017 tivesse outro desfecho.

Foi, justamente, no momento em que decidiu ir embora, quando caminhava para pegar o trem para sua casa, que a agressão de Mônica ocorreu:

Aí começou a bagunça, a galera começou a jogar coisas [...] A gente tava perto daquela base da guarda municipal, na Central, e aí a galera começou e não deu tempo de correr pra Central, como eu queria, pelo contrário, eu tive que recuar. E o pessoal veio com tudo – da GM, da guarda municipal, vieram tacando tudo que podia, e bala de borracha [...] Como eu queria ir embora eu não fui atrás do ato, eu fui pro canto, fiquei atrás de uma árvore e comecei a colocar o meu equipamento de proteção. Comecei a colocar tudo: casaco, meu capacete, minha máscara de gás, meus óculos, deu tempo de colocar ali atrás da árvore. E aí o confronto tava acontecendo e eu até fui um pouco, comecei a filmar um pouco – até porque eu não queria me manter sozinha

ali, queria me manter perto dos jornalistas e dos ativistas, do midiativismo, então eu fui um pouco com o ato. E aí nessa que eu fui, eu fiquei meio que isolada atrás de uma árvore, mas dava pra eles me verem e eu vendo o ato acontecer. [...] o confronto tava mais ou menos longe de mim, e aí passou um grupamento da guarda municipal e eles me viram ali. E aí eles passaram, um deles, mandando atirar em mim. [...] Eu senti muito medo. Você viu os vídeos, tem hora que dá pra ouvir a minha respiração. Aquela minha respiração era uma respiração de medo, de sufoco porque eu achava – eu tinha certeza – que eles iam fazer alguma coisa comigo e eu achava que eles iam me atirar ali, à queima-roupa. Porque eles gritavam, tem uma hora que ele tava sem um lançador, ele tava sem bala, e ele gritava com a pessoa que tava com munições pra ela trazer só que ela tava dando munição pro outro grupamento. Dá pra ouvir a minha respiração, o meu sufoco, até meu suspiro assim meio que de horror.

Nesse trecho, o corpo emerge como um elemento central da narrativa, que aparece por meio da ênfase dada à respiração. A respiração, primeiramente, aparece associada ao sentimento de medo: “era uma respiração de medo, de sufoco porque eu achava – eu tinha certeza – que eles iam fazer alguma coisa comigo”. Um “suspiro assim meio que de horror”, como quem antecipa o terror que emerge como uma possibilidade real. Farias (2014) sugere que a produção do terror se constrói também pelo viés da possibilidade real ou imaginária de que você pode ser o próximo alvo. Mônica demonstra em sua fala que compreendia muito bem que seu corpo, ali à vista dos policiais, poderia significar alvo: “eu achava que eles iam me atirar ali, à queima-roupa”. Reconhecia perfeitamente o enquadramento (Butler, 2015) que estava sendo produzido naquele momento sobre ela pelo Estado, corporificado, naquele contexto, pelos agentes da Guarda Municipal em serviço. Sabia inclusive que seu corpo poderia ser facilmente criminalizável e se tornar objeto de manipulação, violência e crueldade. Este reconhecimento ou suposição incidiram diretamente na qualidade de sua respiração.

Após esses instantes de antecipação do horror, Mônica vivencia o episódio dramático de violência, quando os policiais retornam a ela e a agridem com socos e com o cassetete até ela cair no chão e ter sua perna machucada.

Aí o pessoal veio me socorrer. O pessoal da Cruz Vermelha chegou bem rápido, chegaram alguns repórteres... E chamaram a ambulância e eu pedia muito pra eles me darem um medicamento por causa da dor, eles falavam que não podia. E aí eu comecei a me concentrar, entrar pra dentro de mim mesma e tomar posse do meu corpo, que é o que eu já deveria ter feito antes, entender o que ele estava me dizendo, pedir ajuda à espiritualidade. Entendi que eu inclusive tinha sido protegida naquele momento, apesar de ter acontecido aquilo eu estava sendo protegida. E aí eu

comecei a controlar a minha dor com a minha respiração, com o ritmo da minha respiração eu consegui controlar a minha dor, me concentrar com a minha respiração, e contraindo o que eu tinha que contrair. E as pessoas me atrapalhavam muito nisso porque as pessoas queriam falar comigo o tempo todo e eu não queria falar com ninguém – até porque eu precisava estar concentrada pra estar controlando a minha dor. Hoje eu entendo porque os médicos dizem que só uma pessoa deve ficar falando com a vítima. As pessoas me deixavam tonta e eu não dava nem ouvidos dentro do possível, do que eu conseguia, porque eu queria ficar ali controlando a minha dor, porque eu estava sentindo dor. [...] Outras pessoas estavam desesperadas e tirando minha... A minha energia, a minha conexão. No hospital eu também continuei fazendo isso. E eu acho que todo mundo pode fazer isso. [...] Eu não sabia que eu era capaz de fazer aquilo ali. E na hora eu fiz. E eu acho que a gente precisa aprofundar isso. Não só pra dor, mas pra tudo na vida. Se conhecer e se apoderar realmente desse corpo, dessa mente que eu chamo de corpo e mente-território porque é um espaço nosso e que todos tentam invadir e controlar o tempo todo. E que a gente precisa ter também essa defesa daquilo que é nosso: nosso corpo, o nosso espaço, a nossa mente. Até onde a gente pode ir. É controlar isso que é nosso, a gente que tem que controlar. E até que ponto a gente vai deixar que outras pessoas controlem isso por nós? E até controlem de maneira que a gente não consiga fazer isso, se defender. Porque é... É diferente. Eu não sei se é transe, eu não sei o que que é. [...] Eu acho que alguns momentos pode ter se aproximado a isso, eu também não sei o que que é, o que é estar em transe. Pensando assim estar em transe é você estar na espiritualidade. Estar meio fora do corpo. E eu acho que eu precisei abandonar o meu corpo um pouquinho pra diminuir a minha dor, sabe?

Na segunda vez em que a respiração aparece na narrativa, ela se refere à possibilidade de controle da própria dor. Nesse sentido, se estabelece uma oposição entre o corpo-objeto, passível de ser criminalizado e invadido pela agressão do outro, e o corpo-agente que toma para si o controle e passa a gerir dimensões físicas, psíquicas e espirituais. Além disso, ela fala de uma espécie de transe que é acionado, um “estar meio fora do corpo”, como também uma agência possível para escapar do sofrimento e da situação da dor. Estar em transe, para Mônica, é uma forma de “controlar isso que é nosso”, em que “apoderar desse corpo e abandonar o meu corpo” fazem parte de um mesmo processo e não estão em contradição. Tanto o habitar conscientemente o corpo e controlá-lo, através do manejo da respiração, quanto a necessidade de se conectar com um campo energético e imaterial, descorporificando o corpo, estão na mesma ordem do esforço de tomar o controle sobre si mesma. Nesse sentido, o corpo não se encerra em sua dimensão carnal, fisicamente

limitada, mas corresponde a este incorpóreo território: o corpo-mente-território. O corpo-mente-território, este campo passível de invasão, através da violência e do terror, é também um campo de ação, através de um trabalho político, físico, simbólico e espiritual, que foi fundamental para lidar com o sofrimento e a dor, tanto no dia da agressão quanto em seu processo posterior de recuperação.

Eu tive muito quem me tranquilizou bastante. Não vou esquecer nunca, o olhar... Foi o primeiro que chegou pra me socorrer, que foi o Carlos⁶, que é jornalista. Eu segurei na mão dele, eu olhava pra ele, ele olhava pra mim. Só falei pra ele: “me ajuda”. Isso também foi muito forte, ele sabe que foi forte. Ele foi a primeira pessoa que chegou lá pra me socorrer. E depois ele que catou minhas coisas. E eu me lembro que teve uma hora que eu falei pra ele assim: “Olha, eles jogaram meus cartazes em algum lugar”. E ele foi procurar e achou os cartazes. Foi forte, foi forte mesmo. Então a gente tá ligado até hoje. Porque encontrar o olhar dele me deu muita sustentação, muita. E depois o tempo que ele ficou ali falando coisas pra mim... Então até lembrei, porque é isso que as pessoas têm que fazer, tentar tranquilizar e não ficar todo mundo na loucura, no pânico, no nervosismo. É que as pessoas também não sabem. Não é culpa delas. É difícil, é difícil socorrer.

Outra dimensão interessante de como o corpo aparece na narrativa de Mônica se dá através da menção ao olhar. Aqui o olhar mostra-se como um elemento central na constituição do vínculo construído entre Mônica e Carlos. A possibilidade de “se encontrar no olhar um do outro” produziu o suporte necessário para ela lidar e gerir a sua dor, capaz de produzir suporte para o seu sofrimento. Isso nos remete à proposição de Veena Das (2011), do olho não como o órgão que vê, mas como o órgão que chora. O olho pode ser reconhecido como instrumento que permite a expressividade e a conexão empática entre sujeitos, como aquele que permite a possibilidade de se enxergar a dor do outro. Carlos vê a dor de Mônica e percebe o seu sofrimento através do olhar. A partir deste olhar, se estabelece uma conexão para além do episódio da violência: “a gente tá ligado até hoje”.

Mônica narrou este trecho chorando, talvez por se lembrar do sofrimento experimentado, a dor do relembrar testemunho (Carsten, 2007), que faz com que suas memórias sejam revividas em seu corpo ao ativá-las em palavras. As memórias que reanimam a experiência do sofrimento no presente. Ou, por outro lado, talvez o choro de Mônica seja um reflexo de se emocionar com a lembrança do olhar de Carlos, daquele olhar que a marcou profundamente.

Senti muita dor, chorei algumas vezes, mas não gosto muito de falar de sofrimento, nem da depressão, não quero passar isso pra ninguém. Que nem esse momento agora que a

gente tá vivendo, né? Eu acho que já tá todo mundo tão pra baixo, então a gente tem que tomar cuidado, mesmo, com isso de todo mundo pra baixo. [...] Não vou dizer pra você que passa batido não, eu enfrento os meus medos, os meus conflitos, mas hoje quando eu tô de preto eu já me sinto diferente, eu sinto muito mais medo do que eu já tinha, entendeu? Lógico que eu não sinto aquele medo de me parar, mas é diferente. Eu estar de preto hoje parece que eu já vou ser atacada, por estar de preto, realmente. Quando eu vejo um grupamento da guarda municipal hoje meu coração começa bater acelerado e eu tava sentindo até umas paralisações. Às vezes eu ia descer no Maracanã e eles estavam ali, em dia de jogo, eu parava, eu parava e parecia que eu não ia conseguir andar, que eu não conseguia ir pra frente. Mas eu ia. Porque eu não queria ficar perto deles. [...] Acho que é o trauma que ficou.

O corpo-mente-território aqui reaparece de forma distinta, como depósito dos fantasmas do passado que retornam cotidianamente ao presente (Das, 2007). As memórias da violência regressam por permanecerem inscritas no corpo e nas relações. Os fantasmas da violência emergem em situações cotidianas que trazem a memória da agressão ao corpo. Certos elementos cotidianos, como os policiais na rua e a roupa preta, acionam signos que provocam reações específicas, como o pânico, o batimento acelerado e a paralisação. Estes fantasmas reanimados fazem Mônica habitar novamente, através de uma experiência corporal, o espaço de terror. Uma forma de reviver a violência, de visitar o espaço de morte. As memórias reanimam marcas da violência que se depositam no corpo, nas relações, no ordinário. Mesmo que o desaparecimento destas marcas não seja possível, um trabalho simbólico para transformá-las e ressignificá-las pode ser elaborado. Parte desta operação é um trabalho ritualizado de cura (Taussig, 1993) que se produz sobre o espaço devastado pelo terror. Esse espaço retrabalhado, mais uma vez, é o corpo-mente-território.

Quando eu tive na cama, com a perna quebrada, o que eu prometi pra mim mesma que o que eu mais queria era tocar a luta das mulheres e a luta espiritual. [...] Porque eu sinto falta disso, porque eu acho que essa espiritualização é o que mais a gente precisa, principalmente aqui na cidade. E eu senti muito isso, isso muito forte em mim, quando eu tava na cama. E os melhores momentos pra mim foram dois rituais que eu fiz de fogueira, que os parentes foram lá em casa fazer. Eu me senti completamente reconectada ao mundo, à vida, à espiritualidade [...] Quando eu fui lá pra Ilha Grande, que a gente combinou que ia fazer três rituais e o último ia ter que ser na mata, num lugar forte, espiritualizado. E em uma das fogueiras eu escolhi esse lugar. [...] E lá a fumaça da fogueira ela só ia pra cima de mim, a gente foi pra terminar o trabalho da minha perna, e aonde eu ia a fumaça ia. [...] Aí eu trocava de lugar, a fumaça ia pra onde eu ia. E a noite toda eu não consegui dormir

com a espiritualidade falando comigo o tempo todo. E as visões que eu tive, e a fogueira que nunca se apagou dentro de mim. Eu sentia o calor da fogueira [...]. Muito forte. A ancestralidade como um todo. Voltar essa comunicação com o fogo, a fogueira, o maracá, foi tudo muito forte ali. [...] Tanto que eu saí disso tudo e uma das coisas que eu mais quero é viver mais a espiritualidade, principalmente a espiritualidade com as mulheres, a espiritualidade dentro da floresta. Porque muda muita coisa dentro da gente, a gente sai mais fortalecida, com mais convicção, mais certeza do que está ali, do que realmente a gente tem que fazer.

A narrativa nos comunica sobre formas de agência e respostas à violência que estão fora da chave da denúncia pública ou da ação judicial, tema da primeira seção do texto. Os relatos de Mônica, em seu conjunto e em sua diversidade de ênfases e propósitos, nos apontam para as diferentes formas de gerir, discernir, reelaborar, (re)significar o episódio de terror vivido. Como vimos, a narrativa da denúncia foi pública. Mas o relato sobre a cura e a espiritualidade foi concedido em um contexto de maior intimidade e proximidade. A partir das categorias acionadas pela interlocutora, compreendemos que a dimensão pública da denúncia, apesar de produzir adesão à causa, também produz a exposição do corpo-mente-território. Por meio dos rituais de cura – que também são realizados de forma coletiva (mas entre pessoas próximas, parentes) – é possível proteger o corpo-mente-território das estratégias de invasão e de controle que poderiam decorrer da exposição.

Os rituais realizados com o fogo/fumaça e maracá são movimentos menos óbvios no que se refere às possibilidades de agência, se comparados às denúncias públicas. Porém, revelam-se como fundamentais no refazimento da vida após a experiência do terror. As práticas de cura realizadas por Mônica também acrescentam uma nova camada ao tema da violência em relação à reparação: existe um trabalho subjetivo que tem a ver com conectar dimensões aparentemente conflitantes: ter sido vítima de uma injustiça e, ao mesmo tempo, afirmar que houve um propósito na situação experienciada, ou seja, implicar-se, responsabilizar-se. O trauma causado pela violência não impediu que Mônica retornasse subjetivamente à cena da agressão injusta/injustificável e encontrasse nela potencialidades de encontros – com ela mesma e com outras mulheres (indígenas, especialmente da cidade), com quem espera poder trabalhar a espiritualidade.

Assim, argumentamos que enxergar causa(s) no sofrimento é produzir uma outra narrativa de responsabilização que tem o sujeito vítima e suas ações como foco, o que seguramente não significa diminuir a responsabilidade dos agentes que praticaram a violência (aqui, como vimos, guardas municipais, mas também uma estrutura estatal mais ampla, conivente com a violação de corpos vulneráveis). Se, como afirma Zenobi (2020) a reparação não pode ser tratada como produção dada a

priori, devendo ser abordada como produto social, moral e político, os rituais de cura realizados por Mônica são resultado de sua implicação na violência experienciada. “Não ter ouvido [a espiritualidade] é sua responsabilidade”. Os rituais de cura também – e o seu acionamento é capaz de restituir, reparar e reorganizar um estado de coisas.

PERSPECTIVAS FINAIS

Intentamos, com este texto, discutir os relatos da violência vivida por Mônica Lima a partir de duas dimensões: da denúncia e da cura. Tais dimensões não são mutuamente excludentes, mas implicam em processos políticos e subjetivos distintos, relacionados às possibilidades de escuta, à criação de redes de apoio ou comunidades (Jimeno, 2010) e **à espiritualidade sob a forma de autoconhecimento** e de produção de coletividade. Intentamos demonstrar como denúncia e cura constituem respostas ao sofrimento que desfazem dicotomias no plano das relações entre sujeito/objeto, mas não desfazem oposições entre vítima e algoz, que informam politicamente o próprio lugar da enunciação das narrativas. Da mesma forma, denúncia e cura revelam o acionamento de noções distintas sobre o corpo, que ora precisa ser revelado e mostrado, ora precisa ser protegido para não ser invadido.

Dessa forma, as relações de agência, responsabilidade e causalidade ganham outra configuração e complexidade ao não se reduzirem apenas aos agentes policiais, ou de forma mais ampla ao Estado, e se estenderem para forças imateriais e a ela própria, uma mulher indígena. Ao assumir a responsabilidade de ter ido ao ato e não para casa, ela reconhece sua agência, e vai mais além: produz significados sobre ela. Longe de querer inverter as relações de culpado-vítima e reforçar uma narrativa de responsabilização da vítima pela agressão sofrida, pretendemos com essa observação sublinhar que este movimento de Mônica foi fundamental para o processo de elaboração da violência e definir as possibilidades de respostas ao sofrimento experienciado. Ao reconhecer sua responsabilidade em falhar na sua escuta à espiritualidade, ela abre margens para agir não apenas contra seus agressores – a partir das denúncias públicas e dos processos judiciais, mas através de um trabalho de si subjetivo e espiritual, com efeito de cura e desintoxicação do corpo-mente-território.

A posição como vítima é acionada na narrativa da denúncia, como parte de um repertório capaz de produzir medidas de reparação e de reconhecimento social diante do sofrimento, integrado ao processo de publicização do caso enquanto generalizável e não individual, particular ou de exceção. Confere a capacidade de elaboração crítica de dinâmicas violentas de gestão estatal, que produzem corpos e vidas dispensáveis, sobretudo quando considerados marcadores sociais da diferença, como gênero, raça/etnia e classe.

A violência experienciada no seu corpo é uma metáfora da violência colonial que incidiu sobre corpos indígenas, corpos de mulheres indígenas e seus territórios. No entanto, a denúncia, como resposta à violência e ao sofrimento se mostra incapaz de significar e dar sentido a uma dimensão da experiência, que a partir dos aportes de Taussig (1993), aqui entendemos como o terror. Argumentamos que a denúncia possibilita processos políticos importantes, inclusive no plano subjetivo. Por outro lado, são os rituais de cura – realizados e narrados em contexto de intimidade – que permitem a Mônica transformar as relações tóxicas e traumáticas em uma narrativa sobre sua transformação. Dessa forma, o que foi vivido como devastação e invasão pode ser significado em lugar de agência e de produção da cura sem, contudo, deixar de ser compreendido como violência.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Júlia Caiuby de Azevedo. A previsibilidade nas condenações por danos morais: uma reflexão a partir das decisões do STJ sobre relações de consumo bancárias. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 169-184, jan./jun. 2009.
- BEZERRA, Arthur Coelho; GRILLO, Carolina Christoph. Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 195-210, maio 2014. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BOLTANSKI, Luc. La Denonciation. **Actes de La Recherche en Sciences Sociales**, [s. l.], v. 51, p. 3-40, 1984.
- BOLTANSKI, Luc. **L'Amour et la Justice comme compétences**. Trois essais de sociologie de l'action. Paris: Métaillié, 1990.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
- BUTLER, Judith. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- CARSTEN, Janet (ed.). **Ghosts of memories**: essays on remembrance and relatedness. Malden: Blackwell Publishing; Oxford, 2007.
- CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, p. 187-213, mar. 2017.
- DAS, Veena. **Life and Words**. Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.
- DAS, Veena. Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y

apropiações. *In*: ORTEGA, Francisco (Org.). **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2008. p. 437-458.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 37, p. 9-41, 2011.

FARIAS, Juliana. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

FILLION, Emmanuelle; DIDIER, Torny. De la réparation individuelle à l'élaboration d'une cause collective. L'engagement judiciaire des victimes du distilbène. **Revue Francaise de Science Politique**, [s. l.], v. 65, n.4, p. 583-607, 2015.

FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, [s. l.], v. 12, n. 36, p. 720-736, 2013.

JIMENO, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. **Mana**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 99-121, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACERDA, Paula. As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo. **Antropolítica**, [s. l.], n. 48, p. 246-275, 2020.

NASCIUTTI, Luiza Freire. **Identidade, experiência urbana e agências cotidianas**: trajetórias de quatro mulheres indígenas na cidade do Rio de Janeiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

VALENTE, Márcio de Carvalho. A indenização por dano moral como meio de combate à negligência lucrativa das grandes empresas. **Migalhas**, 29 set. 2017. Disponível em: <http://migalhas.com.br/depeso/266360/a-indenizacao-por-dano-moral-como-meio-de-combate-a-negligencia-lucrativa-das-grandes-empresas>. Acesso em: 12 abr. 2023.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, [s. l.], v. 37, p. 79-116, dez 2011.

ZELIZER, Viviana. **A negociação da intimidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZENOBI, Diego. Justicia y reparación: las indemnizaciones a las víctimas del incendio de Cromañón. *In*: PITA, María Victoria; PEREYRA, Sebastián (Eds.) **Movilización de víctimas y demandas de justicia en la Argentina Contemporánea**. Buenos Aires: Teseo Press, 2020. p. 335-354.

Submetido em: 31/08/2023

Aprovado em: 08/11/2023

Luiza Freire Nasciutti

luizanasciutti@gmail.com

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5520-759X>

Paula Mendes Lacerda

lacerdapaula@gmail.com

Professora Associada do Departamento de Antropologia e Membro Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2938-8136>

NOTAS

- ¹ A primeira autora possui relação próxima de pesquisa com Mônica Lima desde 2017, quando iniciou sua pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), intitulada *Identidade, experiência urbana e agências cotidianas: trajetórias de quatro mulheres indígenas na cidade do Rio de Janeiro* (2019).
- ² Serão aqui utilizados trechos de narrativas de entrevista decorrentes da pesquisa de mestrado e do trabalho de campo, realizado entre o período de 2017 a 2019, que, no entanto, não foram aproveitadas na escrita da dissertação (2019), analisados aqui, portanto, de forma inédita.
- ³ O Círculo de Autoformação e Acolhimento Feminista (CAAF) reúne mulheres indígenas e não indígenas, cis e trans, em torno de objetivos de autoformação, através de leituras compartilhadas de uma literatura feminista que reflete feminismos plurais e não hegemônicos, e de ação, que se organiza em torno do acolhimento de vítimas de violência e da militância política.
- ⁴ Os nomes dos funcionários da Guarda Municipal foram aqui ocultados e substituídos pelas siglas GM1, GM2 e GM3.
- ⁵ A Resistência Aldeia Maracanã é um dos grupos desmembrados do movimento Aldeia Maracanã, também conhecido como Movimento

dos Tamoios dos Povos Originários, iniciado em 2006, que vem disputando uma ocupação indígena (também chamada de aldeia urbana) do terreno e prédio do antigo Museu do Índio, situado ao lado do estádio Maracanã no Rio de Janeiro. O contexto de grande agitação política em torno das mobilizações de rua em 2013 somado ao megaevento da Copa das Confederações na cidade culminou na desocupação violenta do território e em uma divisão no interior do movimento entre os que optaram por continuar lutando pelo uso do espaço para fins de moradia e destinado à promoção das causas indígenas, e os que aceitaram a proposta do Governo do Estado em receber, através do programa Minha Casa, Minha Vida, apartamentos no prédio 15 do condomínio Zé Kéti, situado no Bairro do Estácio, hoje apelidado de Aldeia Vertical. O grupo que se negou a fechar acordo com o Governo automeceu-se de Resistência Aldeia Maracanã, e continuou, até hoje, a disputar a ocupação do espaço e a reivindicá-lo como território indígena.

- ⁶ Aqui optamos por um nome fictício para substituir o nome original do jornalista citado por Mônica em seu relato.